

**ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 1998.**

Aos vinte e quatro dias do mês de março, do ano de mil novecentos e noventa e oito, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Vereadores, reuniram-se em sessão ordinária, os Vereadores: **Gilmar Peruzzo, Umberto Luiz Carnevalli, Valdemar Polesello, Nagib Stella Elias, João Francisco Minozzo, Eraldo Domingos da Silva, Enio Bristot, Sergio Volmir Miotto, Edson Figueredo Lima, Claudinir Chiomento e Gilberto Romanzini.** Sob a Presidência do Vereador Gilmar Peruzzo, foi aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se aos expedientes da ordem do dia assim deliberados: **Projetos de leis do Poder Executivo, aprovados por unanimidade de votos:** 1 - Projeto de lei nº 023/98, autoriza o Poder Executivo a aprovar e autorizar o Loteamento Vila Verde; Dá outras providências. 2 - Projeto de lei nº 026/98, autoriza termo de convênio com o Coro Armorial de Nova Prata RS; Autoriza repasse mendal ao Coro Armorial; Dá outras providências. 3 - Projeto de lei nº 033/98, inclui créditos especiais no orçamento de 1998, autoriza suplementação por redução orçamentária, altera objetivo do projeto 1012 no plano plurianual e LDO; Dá outras providências. 4 - Projeto de lei nº 038/98 autoriza o Poder Executivo firmar convênio com a Associação dos Universitários Pratenses e União Acadêmica Pratense; Autoriza o Poder Executivo repassar subvenções a Associação dos Universitários Pratenses e União Acadêmica Pratense; Dá outras providências. 5 - Projeto de lei nº 036/98 autoriza o Poder Executivo a realizar análise e projeto básico de poço artesiano; Dá outras providências. Enviado ao Executivo o parecer da Comissão de Finanças sobre o projeto de lei nº 027/98. Devolvido ao Executivo o projeto de lei nº 028/98 que autoriza a realização de despesas com atletas da bocha para representar o município em torneio regional em Caxias do Sul; Dá outras providências. **Projetos de leis do Poder Executivo, baixados para estudo das Comissões Técnicas Permanentes:** 1 - Projeto de lei nº 035/98, autoriza o Poder Executivo participar com detonação em obras do Pró-luz; Dá outras providências. 2 - Projeto de lei nº 037/98 aprova o calendário de eventos oficiais do município; Dá outras providências.

Folha 02. (sessão ordinária em 24.03.98)

**Expediente do Poder Legislativo:** Aprovado por unanimidade de votos, pedido de informações apresentado pelo Vereador Sergio Volmir Miotto. Baixado para a Comissão de Assuntos Gerais, projeto de resolução que altera o Regimento Interno. As três Comissões vão analisar o parecer sobre a proposição do Vereador Sergio Volmir Miotto para que o Executivo dê continuidade de intercâmbio com Noblesville Estados Unidos. As Comissões de Justiça, Finanças e Assuntos Gerais, também vão analisar a prestação de Contas da Prefeitura Municipal exercício de 1995. Aprovadas por unanimidade de votos, seis diárias concedidas aos Vereadores Eraldo Domingos da Silva e Valdemar Polesello. Cada Vereador com três diárias. O objetivo é de participar do XXII Congresso Estadual de Vereadores do Rio Grande do Sul e III Encontro Nacional de Vereadores do Brasil em Cidreira RS, durante os dias 25, 26, 27 e 28 de março de 1998.

### EXPLICAÇÕES PESSOAIS

**VEREADOR SERGIO VOLMIR MIOTTO - LÍDER DA BANCADA DO PDT:** Senhor Presidente, caros colegas, platéia que nos acompanha. Quero aqui falar sobre o pedido de informações que fiz nesta noite. Que seja encaminhado ao Executivo Municipal. Talvez seja bem mais acirrado do que a nossa proposição a cobrança do IPTU em Nova Prata. Jamais vi tanta reclamação e nunca vi um ato político tão debatido dentro do nosso município. A gente chega no mercado e o assunto é IPTU, no açougue é IPTU, na fruteira é IPTU, na rua é IPTU. Eu jamais vi uma polêmica tão grande e jamais também vi ir com tanta vontade ao pote que eu acho que quebraram o pote. A sede era muito grande. Vejo reclamações sobre a taxa de iluminação pública que está sendo cobrada das pessoas que moram lá no beira do rio da prata. não sei se tem iluminação pública na colônia, na beira do rio da prata. Quando eu disse que isso era uma humilhação para a pessoa ter que ir á Prefeitura dizer que não ia pagar R\$ 2,00 ou 3,00 eu acho que eu tinha toda a razão. A pessoa tem que sair lá do rio da prata, não tem iluminação pública e chegar na prefeitura e dizer que não vai pagar iluminação pública que ele não tem. Essa é uma humilhação que eu alertei aquele dia. Infelizmente está acontecendo. Quanto as novas regras de cobrança do IPTU de Nova Prata. Não sei se algum dos Vereadores recebeu valores aqui antes da votação, porque se soubessem desses aumentos eu garanto que não dava só três votos contrários aqui, seriam bem mais.

Folha 03. (sessão ordinária em 24.03.98)

Também nos disseram que são mais 2.300 contribuintes novos que vão começar a pagar o IPTU. Também nos informaram que a receita do IPTU de 1997,, foi em torno de R\$ 400 mil e que para 1998 está estimada em torno de 700 mil reais. Não sei se estes números podem fechar, porque 2.300 contribuintes a mais significa um grande aumento na arrecadação e os que já pagavam começa com um aumento mínimo de 50% que pode ir até 600 ou 700%. Será que a arrecadação para este ano é só R\$ 700 mil reais? Será que não houve um erro de cálculo. Eu acho que só com o aumento dos novos contribuintes quase dobraria a receita do ano passado, pois os valores estão acrescidos de valores absurdos e aqui também não foi dito se houve licitação para contratação de uma empresa. Só diz que foi contratada uma empresa. Agora quem fiscalizou o serviço dessa empresa? fez o que fez e serviu? Mais uma; Jamais vi atribuir imposto para uma casinha onde as crianças brincam. Os erros absurdos que estão em cima dessas medidas. Será que ninguém teve o tempo de acompanhar? ou confiaram cegamente no serviço dessa empresa? Por isso quero deixar o meu protesto, não só o meu porque na rua o protesto é generalizado e dizem que mudou Nova Prata,, só que o conceito de mudou me desculpem... Obrigado.

**VEREADOR CLAUDINIR CHIOMENTO - LÍDER DA BANCADA DO PSDB:** Saudamos novamente os presentes, colegas Vereadores. Eu quero me manifestar novamente, tenho feito repetidamente, sobre a limpeza e o embelezamento da cidade. Eu até começo a questionar a validade de certas ações tipo o Pequeno jardineiro. Eu começo ter a impressão que de fato não está produzindo o efeito esperado. Se a gente olhar a situação das ruas de Nova Prata, com buracos para todo o lado, ela está ficando cada dia mais feia. Agora nós temos aí um novo convênio que permite que presos em regime semi aberto também venham prestar serviços na Prefeitura e isso implica numa despesa também para a Prefeitura. Realmente se começa a questionar se isso está surtindo efeito que se espera no embelezamento da cidade. É preciso portanto reavaliar essas ações ou então se esse pessoal está trabalhando então talvez falte algum critério no gerenciamento desse pessoal. É preciso avaliar detalhadamente. Eu de fato,tenho a consciência que Nova Prata está ficando cada vez mais feia e nós precisamos reverter essa questão.

Folha 04. (sessão ordinária em 24.03.98)

Nova Prata, é bonita, é rica naturalmente e não merece estar nesse nível descendente de sua paisagem com sua beleza. Nós aprovamos aqui hoje, um projeto que facilita o acesso, auxilia a água potável às comunidade. Então julgo oportuno um dado da organização mundial da saúde aonde se afirma que mais de 5 milhões de pessoas morrem por falta de água potável. Então essa importância que tem a água nos faz repensar a questão das áreas verdes já debatidas aqui. Quando nós discutimos a questão de áreas verdes e principalmente o leito dos rios, nós temos que ter em mente não somente a área verde por si só, o do lazer, da praça e assim por diante. Mas nós não podemos perder de vista a preservação dos leitos, a preservação da qualidade da água. Então nós temos que indiscutivelmente retomar a discussão da preservação do verde para que em última análise se atinja aqui também a qualidade da água, que se atinja aqui em última análise a qualidade de vida dos nossos cidadãos. Sobre a questão da iluminação pública, a taxa de iluminação pública voluntária assim como está é de fato ilegal. O cidadão já foi dito por n vezes que não pode arcar com ônus de ter que ir até a Prefeitura para dizer que não vai pagar. Se a Prefeitura não modificar a forma de apresentação desta conta como ela está ela está incluída no total. O banco não recebe se o cidadão não pagar pelo total que está no folheto. Então essa taxa continuará sendo ilegal. Se ela é opcional tem que ser dado a opção no bilhete de pagar ou não pagar para que todo mundo não tenha que ir até lá. Quem quer pagar paga, mas tem que ter a opção no bilhete bancário. Assim como está, está ilegal. Se não for mudado certamente através de uma ação popular ou de mudança de lei alguma coisa desse tipo para mudar a apresentação desta conta. Retorno o assunto de IPTU quando se verifica incoerências horríveis. Certamente o projeto que esta Casa aprovou, de aumento do IPTU, não previa um aumento do valor venal dos imóveis nas proporções que está sendo feito. Se ele é justo ou não, possivelmente sim. É justo que se reavalie os imóveis, que se faça uma correção no valor venal porque de fato tem valores que não correspondem ao valor real dos imóveis. Nós temos conhecimento de n casos. Então é preciso fazer um recadastramento dos imóveis. Porém parece-me que faltaram alguns critérios nesse recadastramento ou no mínimo em alguns momentos foi feito de forma irresponsável por pessoas que não tenham ou não tivessem tido a consciência exata das implicações das consequências que isso traria. Nós temos ai imóveis avaliados, super valorizados. Nós temos carnês emitidos, dois carnês que tem lá "uma casinha de cachorro" no fundo da casa, estão exagerando. Então não justifica emitir um segundo carnê porque a pessoa tem um forno no fundo do quintal.

Folha 05. (sessão ordinária em 24.03.98)

Então essas coisas tem que ser reavaliadas pelo Executivo e fazer as correções com urgência que são necessárias. Se houve por bem fazer um recadastramento e se esse recadastramento é justo mas é por bem também que se faça as correções em tempo. De fato há incoerências muito grandes na cobrança do IPTU. O que deve ficar bem claro que o que está elevando o valor do IPTU não é o aumento do IPTU em si, mas a correção venal dos imóveis. O aumento do valor dos imóveis. Então isso que tem que ficar bem claro, não é o aumento do IPTU, mas sim a valorização dos imóveis. Em relação ao convênio dos estudantes. Estamos favoráveis que os estudantes tenham a sua oportunidade. Não vai ser por nossa responsabilidade que os estudantes deixarão de ir neste ou naquele País para complementar seus estudos para buscar aperfeiçoamento profissional. Porém nós temos aqui questões de ordem prática e legal que precisam ser mais aprofundadas, discutidas. Então oportunamente nós as faremos e os estudantes terão o nosso apoio para buscar o aperfeiçoamento desejado.

**VEREADOR GILBERTO ROMANZINI - LÍDER DA BANCADA DO PT:** Senhor Presidente, prezados Vereadores, distinta platéia que ainda nos acompanha nesta noite. Nós ouvimos por diversas vezes, por Secretários da Administração, pelas pessoas ligadas ao Poder Executivo Municipal da falta de recursos financeiros que o município tem para implementar suas ações que visem melhorar a qualidade de vida dos cidadãos Pratenses. Os meios de comunicação nos dão conta de que essa dificuldade está pela grande maioria dos municípios do Rio Grande do Sul e do Brasil. Nós temos aqui no Estado do Rio Grande do Sul uma entidade que foi fundada graças ao esforço do colega companheiro Nagib Stella Elias o qual foi o primeiro Presidente que em setembro de 1997, numa reunião na Assembléia Legislativa do Estado estabeleceu algumas prioridades para que os Prefeitos municipais buscassem os recursos dos quais tem direito por leis e que nesses anos não estão recebendo. E nós percebemos que na grande maioria dos municípios poucas ações, poucas atitudes, poucos movimentos foram feitos para que fossem exigido o cumprimento dessas leis. E Nova Prata nos parece que não ficou por trás destes que também nada fizeram. É por isso que nós estamos entregando um pedido de informações para sabermos quais foram de fato as atitudes, quais foram as iniciativas para que buscasse junto ao Executivo Estadual e federal o cumprimento das leis. Eu citei algumas antes sobre a questão de educação com referência ao governo do estado do Rio Grande do Sul, mas há também algumas reivindicações a nível federal que também nós não vivemos nenhuma movimentação.

Folha 06. (sessão ordinária em 24.03.98)

Nesse documento da FAMURS, está pedindo apoio dos municípios para que façam a defesa incondicional do ressarcimento integral dos prejuízos financeiros que decorrem dos municípios através das seguintes ações: Primeira - a realização de um memorial que retrate o quadro geral das perdas dos municípios, buscar o apoio e a mobilização da bancada gaúcha junto ao Congresso Nacional, Deputados e Senadores, Deputados Estaduais, Vereadores, entidades da sociedade civil ao projeto de autoria do Deputado Miguel Rossetto do Partido dos Trabalhadores ebm como outros que contemplem o pleito dos municípios que estabeleçam critérios de compensação integral de perda e a extinção do dispositivo que permite o aproveitamento de critérios referente a compra de bens ou serviços caracterizados como de uso de consumo próprio de empresas a partir de janeiro de 1998. Temos também aqui a questão do fundo de estabelização fiscal que foi prorrogado o prazo. temos também sobre a educação a nível estadual onde eles pedem o reestabelecimento do valor integral da merenda escolar para o pré escolar e o ensino filantrópico reduzido pelo mEC de 0,13 centavos para 0,6 centavos. Estive conversando com o secretário Municipal de Finanças e ele me disse que no ano passado, Nova Prata deixou de arrecadar em função dessas leis aqui 562 mil reais. Significa mais do que a receita de um mês do município de Nova Prata. No entanto ao nosso ver a Administração municipal nada fez para buscar esses recursos que por lei deveriam estar aqui. Nós temos também aqui e é interessante colega Claudinir Chiomento um assunto: Iluminação pública. Nós nesta Casa recebemos um parecer para que o Executivo encaminhasse uma lei a esta Casa e foi aprovada não por unanimidade, mas foi aprovada para que o município cobrasse a iluminação pública e essa proposta veio da FAMURS, no entanto a FAMURS aqui, no dia 27 de setembro de 1997, trás uma outra sugestão e diz o seguinte: Deverá haver mobilização junto ao governo federal para que permita a inclusão das despesas com iluminação pública no custo da energia elétrica de forma que a solução para o grave problema da falta de custeio para tais despesas se dê através de vias tarifárias. É o que nós dizíamos aqui no momento da votação que o município não tem porque cobrar a taxa de iluminação pública se não é o município que presta este serviço. Quem deve cobrar é a empresa, o órgão que presta o serviço e aqui está outro parecer da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul dizendo, pedindo para que se faça uma lei para que os órgãos que prestam serviço é que devam fazer a cobrança e não o município cobrar um serviço que não preste, que não apresenta.

Folha 07. (sessão ordinária em 24.03.98)

Temos aqui também neste mesmo documento o pedido da FAMURS que solicita que os agentes políticos, os Prefeitos Municipais, organizem no dia 03 de outubro, que era para ser organizado, o dia 03 de outubro em sua cidade preferencialmente em frente a Prefeitura, manifestações que seriam chamadas de o simbolismo da crise onde se exporá a comunidade toda a repercussão das dificuldades que os municípios se defrontariam. Senhores Vereadores, platéia aqui presente: Todos nós sabemos que se há uma manifestação pública, se as pessoas vão para a rua exigir direitos, sem sombra de dúvida o governo do estado neste caso se sentirá na obrigação de ouvir essas reclamações esses chamamentos porque estamos num ano eleitoral. Se todos os municípios do Estado do Rio Grande do Sul fizessem publicar, fizessem manifestações com que o governo do estado está deixando de cumprir, com certeza ele se sentirá na obrigação de cumprir essas leis aqui para no mínimo poder competir com o futuro candidato do PT Olivio Dutra. Parece que os municípios do Rio Grande do Sul não estão passando por crise financeira nenhuma, eles não precisam pressionar governo nenhum. Com certeza o Antonio Britto virá aqui dizer muito obrigado ao povo de Nova Prata pelo apoio que tem me dado e com certeza terá apoio novamente porque tereios seus votos. E aí nos recorreremos mais uma vez aos bolsos dos cidadãos pratenses com novos impostos, com novas taxas porque os cofres do poder público municipal estão cada vez mais restritos para fazer as obras que o povo de Nova Prata necessita. Então é isso Sr. Presidente, Srs. Vereadores, distinta platéia que nós queremos deixar registrado nesta Casa. Que há uma omissão por parte do Poder Executivo municipal no sentido de exigir o cumprimento de leis que venham de fato a beneficiar os Cidadãos Pratensee. Muito obrigado.

**VEREADOR ENIO BRISTOT - LÍDER DA BANCADA DO PFL:**

Senhor Presidente, colegas Vereadores e a platéia aqui presente. Sobre o projeto do convênio da verba do Coro Armorial eu até tinha restrições inicialmente até votar contra o projeto. A idéia inicial era que o Executivo tanto o ano passado como esse ano tem mandado muitos projetos de auxílio a entidades. Inclusive foi aprovado por esta Casa um auxílio até para fazer o Rodeio de Nova Prata. Eu nunca ouvi falar que o rodeio de Nova Prata fosse feito gratuitamente. Certamente esse rodeio visava lucros, mas o município através de um projeto de lei do Executivo aprovado por esta Casa foi dado uma verba de R\$ 2.500,00. Está vindo para esta Casa, muitos projetos de auxílio. Estou vendo escolinhas que deverão buscar auxílio.

Folha 08. (sessão ordinária em 24.03.98)

tem se dado muito auxílio doença a pessoas necessitadas. No entanto faltam verbas para se fazer uma parada de ônibus. Uma!. Retiraram uma parada de ônibus que estava em frente a Churrascaria Estrela do Sul que foi danificada por um veículo talvés e muitos trabalhadores e os próprios estudantes que estudam ali no colégio tem a creche, não tem onde se abrigar da chuva atualmente e o inverno está vindo aí e não foi investido no ano passado e nenhuma parada e certamente este ano se o Executivo continuar a dar esses auxílios não será construída nenhuma talvés. Temos também alguns problemas de esgoto a céu aberto que também não tem dinheiro para comprar tubos, mas tem dinheiro para dar a entidades. Nada contra as entidades. Elas existem e se existirem verbas que o Executivo deve achar que devam ser repassadas as mesmas. Não sou contra, mas que tenha verbas e que haja dinheiro para que se façam as paradas de ônibus e a complementação desses esgotos a céu aberto. Vemos agora com essa injustiça em cima do IPTU. Deveríamos fazer aqui como fez Farroupilha que a Promotoria de lá tomou conta, impugnou o IPTU até que seja julgado o mérito para que realmente seja achado uma conveniência porque se tivesse passado por esta Casa como disse o Miotto, certamente não haveria nenhum voto favorável. Sabedores nós de que quem pagou R\$ 30,00 o ano passado estaria pagando este ano R\$ 90,00 sabedores que soubemos que a inflação não passou de 7% sabedores que a promessa foi que o aumento seria de 10% a 15% no valor do IPTU do ano anterior, mas ninguém quer saber, ninguém quer questionar se foi 10 ou 15% na realidade. Está se questionando que o meu salário que era de R\$ 100,00 foi a R\$ 120,00 e o meu IPTU de 30% passou para 90%. Isso que dói no bolso do contribuinte, são impostos federais que pagamos altos e estaduais também e agora vem o município e somos também praticamente assaltados porque é praticamente um caso de polícia. Eu acho que o executivo ele teve a infelicidade principalmente Sr. Prefeito de não ter pegado pelos menos de 2 ou 3 contribuintes e não ter visto que o ano passado pagaram 10% e hoje estão pagando 30%. Certamente se ele tivesse visto isso com antecedência não autorizaria que emitissem esses carnês porque ele iria ver como está vendo as críticas. Nós da Câmara de Vereadores, estamos vendo muito mais que é impossível caminhar no centro se não é um cidadão ou outro que vem nos cobrar dizendo que somos coniventes, mas nós temos muito pouco a haver com esses valores altos. Sobre a taxa de iluminação pública eu culpo também esta Casa, porque se estamos preocupados com aquele projeto ou esse convênio que poderá ser firmado futuramente para os estudantes para intercâmbio cultural com outros Países.

Folha 09. (sessão ordinária em 24.03.98)

O projeto de iluminação pública passou por esta Casa e era ilegal e nós não nos preocupamos de fazermos um estudo que pelo menos beneficiasse o cidadão de não ter que não querendo pagar teve que dar explicações e se desligar diretamente na Prefeitura. A Prefeitura deveria mandar um papel ou um requerimento diretamente à residência pedindo autorização que fosse cobrado a energia. Eu espero que a com a arrecadação que diz que não vai aumentar tanto segundo diz o Miotto, que seja aplicada em obras para a população em geral e não desviada muitas vezes para projetos que poucas pessoas beneficiam. Eu tenho também sobre o projeto de calendário de eventos que está vindo para esta Casa. Diz no projeto enfeites da cidade. Desde quando enfeites da cidade deveria estar no calendário de eventos. Vamos ter que olhar bem isso porque um evento denominado enfeites da cidade nunca vi isso. Muito obrigado.

**VEREADO UMBERTO LUIZ CARNEVALLI - VICE-PRESIDENTE PTB:** Senhor Presidente, colegas Vereadores, colega Nagib, colega João Minozzo. Em primeiro lugar quanto ao assunto transcrito e descrito com bastante dignidade anteriormente eu tenho uma pequena sugestão, já adianto minha pequena sugestão que se o fato for o cabeçalho da proposição do colega Sergio Miotto, sugiro apenas como título de sugestão que o colega analise uma nova linha para que não fira nenhum principio legal ou nenhuma norma explicita. Apenas uma sugestão que o colega reveja uma substituição que resolve todo o problema. Em segundo lugar a Gregos e Troianos. Eu não posso deixar de me manifestar favorável ao Poder Executivo quando da cobrança do IPTU sem examinar as alterações do valor venal. A maioria dos Vereadores aprovaram o IPTU porque Nova Prata necessitava urgente de uma reclassificação dos valores dos imóveis. Necessitava urgente de uma reclassificação de área, tinha pessoas que estavam cadastradas na prefeitura com uma casa de 200 metros quadrados pagando sobre 50m2 isso é um absurdo. Isso não é ser coerente, isso é não ser justo. Posso até concordar que de repente foi tudo em cima e o Executivo poderia ter planejado em distribuir em dois períodos em dois anos posso concordar, mas o pessoal tem que entender que alguns casos que receberam 600% de aumento que foi me colocado, não é 600% de aumento, eu não entendo como aumento. Eu entendo como regularização da área e do valor venal do imóvel, mesmo assim acho que poderia ter tido um estudo mais aprofundado.

Folha 10. (sessão ordinária em 24.03.98)

Uma análise no setor de finanças, tributação, setor de planejamento para a possível distribuição daqueles bloquetezinhos sabendo que ia gerar toda essa confusão. Então eu só quero justificar que foi de boa fé, uma atitude política talvez que faça a atual Administração perder um pouquinho mas administrativa uma atitude digna de Prefeitos que não tiveram a coragem de fazer isso em outros mandatos. Para finalizar, gostaria de colocar para a platéia ainda temos representantes do Coro Armorial de estudantes, pessoas que vem seguidamente, o Zamin o Hermes que quando esteve aqui o ano passado, tivemos aqui essa Casa mais cheia do que esteve hoje quando por ocasião da votação do projeto salarial da reforma administrativa. teve todo o magistério estadual e municipal e eu disse naquela noite e vou repetir o que eu vou dizer para os Srs. agora. Sempre de uma maneira sincera e bonita. Gostaria que todos os Srs. representantes de classes e estudantes na medida do possível viessem com mais frequência às sessões da Câmara porque para nós é realmente uma satisfação e os Srs. podem avaliar o nosso trabalho de uma maneira direta. De uma maneira mais consciente, isso para nós com certeza sempre é agradável. Era isso muito obrigado.

**VEREADOR NAGIB STELLA ELIAS - LÍDER DA BANCADA DO PPB:** Senhor Presidente, Srs. Vereadores. Uma saudação especial aos meus companheiros de platéia aqui presentes porque essa presença teve um elevado significado para nós pessoalmente e aos demais que se fizeram presentes e acompanham até este momento esses acontecimentos. Podem ter certeza que a sua participação brilhou de maneira especial essa reunião e deu a todos nós a certeza de que nós temos no nosso trabalho a vontade de dar continuidade aquelas coisas grandiosas que nós almejamos para o município de Nova Prata. Tenho certeza que vão sair daqui com essa impressão modesta a parte porque todos os Vereadores estão mostrando trabalho no sentido de dar solução ao que lhes compete e o que é do seu dever para que a Administração possa exercer em condições suas atividades. É um trabalho espinhoso como todos puderam ver principalmente quando diz respeito a gente examinar com seriedade atos errôneos mal divulgados, histórias mal contadas que estão formando opiniões dentro do nosso município.

Folha 11. (sessão ordinária em 24.03.98)

Opiniões destorcidas não galgadas, não baseadas na verdade de forma nenhuma como é o caso de acontecimento divulgado por um Jornal local onde nós vimos relatarem acontecimentos mesmo sobre esse assunto aqui debatido com grandiosidade, com coragem, com vontade de acertar meus caros Vereadores, mas que na divulgação não está sendo feito correto. Um caminhão que vem aí para o Corpo de Bombeiros está sendo anunciado aí com todas as letras um ford 69 doação de aproximadamente 200 mil reais. Se alguém fizer um entrosamento com as pessoas que estão aí nesse processo todo relacionado com os seus endereços o Presidente do Corpo de Bombeiros da Alemanha que tive a honra de contactar através do Capitão Nascimento em Ijuí. Se contactar com essas pessoas corretas e descentes vão ver que um carro do tipo desse que vem aí não sai mais do que R\$ 12.000 porque de lá aonde ele vem sai de graça. Tanto na Alemanha como nos Estados Unidos custa o frete. E não é necessário um Prefeito ir lá buscar como muito menos necessário é que uma caravana acompanhe este prefeito para trazer um veículo desses. E nem é ao Prefeito que cabe diretamente essa missão. Essa missão cabe aos Corpos de Bombeiros, seja voluntários sejam oficiais esses que pertencem a Brigada. É bom elucidar isso por que? Por que se todos se fizessem presentes aqui nós diríamos que essa divulgação que saiu errônea não teria vez. Por isso de forma especial gostaria que todos estivessem aqui para ouvir essas palavras de agradecimento que nós deixamos registrado aqui. Nós queremos falar das últimas palavras porque elas ficarão gravadas nos anais desta Casa aconteça o que acontecer. Por esse exame que vai ser feito do assunto mais momentoso que nós abordamos aqui e que cumprimento o próprio Vereador Romanzini por ter oportunizado uma baixa para exame das comissões. Nós não vamos nos esquecer nunca de que teremos que nos orientar por um parecer formulado por autoridades no assunto vou deixar gravado nos anais desta Casa as últimas palavras do parecer formulado por este grande jurista que é o Dr. Paulo Miranda. Eis que a apreciação açada pelos Edis somente virá convalidar os atos já formalizados, questionando qualquer intenção de averiguar a validade destes, o que importaria tal atitude da Câmara Municipal ser então questionada mediante ação própria, até mesmo por meio de Ação Popular, caso comprovado que tais atos redundam na prática de atos lesivos ao patrimônio público, realizados desconforme os princípios de moralidade administrativa (art.37 "caput" da CF).

Folha 12. (sessão ordinária em 24.03.98)

Por tudo, face aso questionamentos levantados, opinamos pela rejeição à proposição, a fim de não consolidar prejuízos à municipalidade quanto aos atos e despesas realizadas em prol da formalização do codumento entabulado pela gestão anterior com a intervenção de associação municipal sem qualquer representatividade pública, tornando duvidosos quaisquer questionamentos futuros e presentes a regularidade do que se apresenta. Ele não iria escrever isso se a condição da proposição não implicasse nessa condição que ele está colocando aqui implicava e implica. Isso é sério. Não pode ser resolvido por pura e simplesmente uma votação sem a consulta e o exame de toda a documentação. É por isso que eu cumprimento o Vereador e cumprimento a Mesa pela decisão. Um exame mais sério para que todos se conscientizem. Tenham a absoluta certeza que essa proposição do jeito que está não vai ser aprovada. Se for preciso alguma outra saída nós já damos. Nós estamos propondo uma saída para os estudantes que pode ser só para os estudantes e essa proposição validando aquele acordo assinado sem ter condições legais para tanto essa proposição envolve muitos acontecimentos. E seria sério demais e precipitado da nossa parte aprovarmos porque naquilo está envolvido também o futuro das Cidades Irmãs que aqui em Nova Prata não está bem composto embora eu respeito todas as pessoas que lá estão porque é um acontecimento relacionado até parentesco e isso não fica bem a grupo político e isso não fica bem e nós não podemos validar isso. eles estão registrados e funcionam, querem verba, vão pedir e estudamos. Agora não vamos consagrar isso porque não é correto, vamos consagrar para que tenha representatividade suficiente. Eu quero fazer uma resposta rápida a esta questão do IPTU, cumprimentando inclusive a maneira brilhante como colocou o problema o nobre Vice-Presidente. Esta questão do IPTU foi realmente um ato corajoso do governo municipal meu caro Vereador Beto Carnevalli. Nós vimos neste ato corajoso realmente a necessidade, o interesse meu caro Vereador Miotto. Esses 2.300 novos contribuintes, muitos deles são contribuintes que nunca pagaram e nós aprovamos aqui. Vamos rememorar. Nós aprovamos aqui que fosse feito um abatimento na contribuição do Promorar da Vila Colméia e outros e nós aprovamos com o abatimento que foi proposto. Houve um abatimento aqui e foi aprovado. Portanto, nós estávamos no conhecimento que estavam entrando novos contribuintes que nunca tinham pago.

Folha 13. (sessão ordinária em 24.03.98)

É um ato corajoso. Agora que realmente as pessoas, os técnicos não tem aquela condição de saber levar a questão de forma comparativa e relativa como bem colocou o Vereador Enio. Deviam ter comparado para ver se realmente não estavam estradulando não é e aconteceu. Está acontecendo uma coisa importante e existe o reconhecimento por parte do Executivo e todas as coisas que podem ser corrigidas vão ser corrigidas, tem os formulários para serem preenchidos as reclamações podem ser assinados e vão ser discutidas para fazer essa correção que na realidade é o caso que compete fazer. Na realidade o tempo passa, eu teria mais coisas para dizer meu caro Presidente, meus caros colegas Vereadores, mas vamos ficando por aqui agradecendo mais uma vez a tolerância que fizeram da minha participação. Podem ter certeza que foi um esforço pessoal muito grande em relação aos problemas que foram debatidos e que até um pouco de sentimento meu está envolvido em tudo isso porque dessa nossa postura se não fizemos com coragem e vontade com uma decisão com as coisas que podem propiciar o bem para o nosso município, nós nunca daremos solução. Eu quero cumprimentar mais uma vez os colegas Vereadores porque nós estamos sendo realmente um Legislativo de muita coragem. Muito obrigado.

**VEREADOR JOÃO FRANCISCO MINOZZO - VICE-LÍDER DA BANCADA DO PPB:** Senhor Presidente, Srs. Vereadores. Eu só quero reforçar as palavras do Beto a respeito do IPTU que falou claramente que a intenção foi válida, mas os valores foram corrigidos muito altos. A nossa intenção era de fazer o município se tornar realidade que aproximadamente 19 anos que o nosso município não entrava nessa situação. Coragem do prefeito, perder até o estímulo, perder muitos eleitores, mas temos coragem de enfrentar a realidade. E também quero dizer a respeito da iluminação pública que nós temos gente que está satisfeita. Quero parabenizar as pessoas que disseram assim: Temos o prazer de pagar a luz porque temos luz na nossa frente que nunca tivemos. Quando eram isentos do pagamento da iluminação pública não tinham a iluminação pública e hoje estão satisfeitos. Era isso que eu ia dizer. Eu quero só me manifestar a um pedido da imprensa local com o título a bem da verdade defendendo o nosso companheiro Vereador Nagib Stella Elias das acusações, das distorções apresentadas pelo Jornal Popular. Então eu gostaria que o texto fosse transcrito nesta ata.

Folha 14.

(sessão ordinária em 24.03.98)

A BEM DA VERDADE . O PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO, por sua Executiva Municipal, impondo-se real posicionamento diante das colocações desastrosas, por faltarem com a verdade, e anti-éticas, porquanto vindas de um ex-vereador, quase que reeleito para esta legislatura, com este manifesto busca resgatar a verdade, entregando-a ao povo de Nova Prata, ao mesmo tempo em que solidariza-se com as posições coerentes do nosso Vereador NAGIB STELLA ELIAS, alvo de ataques pelo Jornal Popular, em sua edição nº 424. A bem da verdade, a comitiva que visitou Noblesville, em 1996, não possuía autorização para, como entidade, representar o Município de Nova Prata. Tampouco o prefeito que a liderava, condições de firmar convênios, contratos, etc, justo não haver autorização legislativa. É o que nos dão conta os ofícios nºs 028/97 e 030/97, expedidos pela presidência da Câmara de Vereadores, em 19 de novembro e 1º de dezembro de 1997. A bem da verdade, e para conhecimento público, a Associação das Cidades Irmãs de Nova Prata não pode se arvorar como representante de nossa comunidade. Basta atentar a nominata de seus sócios: Luciane Bristot, Liège Casanova, Vitor Antonio Pletsch, Hermes Reginatto, Erneli Casanova, Cezi De Nardi, Lauda Pletsch, João Attilio Moreira e Myrta Cherubini. Ressalvando trataram-se pessoas de bem, não estão elas investidas das condições necessárias para que se lhes possa dar o qualificativo de lideranças da comunidade pratense. No máximo são pessoas da intimidade do anterior prefeito, até porque parentes ou fiéis seguidores que, por certo, lhe são da mais alta confiança. A bem da verdade, correspondência remetida pela comunidade do Hospital São João Batista, direção e Corpo Clínico, dirigida aos Sr. prefeito municipal, datada de 29 de outubro de 1996, dizendo-se alegre com a doação de equipamentos cirúrgicos vindos do exterior, registrou haver vencido o prazo de validade e sugere seja o material devolvido à Prefeitura ou pede autorização para incinerá-lo. Um jornal para ter respeito, valor e reconhecimento da comunidade deve, primordialmente, primar pela verdade. A fotografia publicada na mencionada edição cortou a imagem do Vereador Nagib Stella Elias, vendendo a falsa impressão de que o mesmo se negara posar para a foto. No texto abaixo da foto, o próprio jornal afirma que o Vereador Nagib posou para a foto com a autoridade americana.

Folha 15.

(sessão ordinária em 24.03.98)

Publicando a foto pela metade, agiu de forma indelicada, para não dizer de má fé. Não existe nem existiu por parte da comunidade, por qualquer dos segmentos que compõe, censura alguma ao vereador Nagib Stella Elias. Então a comunidade não repudiou suas atitudes. Da mesma forma, inverídica a afirmação de que “colegaas, correligionários de seu partido e amigos” tenham lamentado e não entendido qualquer atitude do Dr. Nagib. A bem da verdade, o Dr. Nagib Stella Elias sempre prestou excelentes serviços à comunidade, tanto como cidadão, antes e depois de fazê-lo enquanto prefeito, como agora, na condição de vereador. Este nobre edil defende, por coerência, o que sempre defendeu, embora muitas vezes posicionamentos lhes custem caro. É de sua experiência de vida que existem valores e virtudes permanentes, que precisam ser conhecidos, defendidos e seguidos para o bem de todos e não de uns poucos. Existem várias maneiras de impedir que se contemple o mal. Num passado não muito distante os ladrões de cavalos eram enforcados; mas não se enforcavam homens por roubarem cavalos, mas sim para que os cavalos não viessem a ser roubados. Companheiro Nagib Stella Elias, nosso partido espera de Vossa Excelência a manutenção da conduta firme e despojada como vos manteis no Legislativo Pratense, qualificado sem dúvida pela firmes e fortes presenças de vossos companheiros de legislatura. E assim se posiciona por entender ser esta a única maneira da comunidade ter certeza de que está livre dos demandas, das espertezas e das maracutáias. Nova Prata, 16 de fevereiro de 1998. PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO Executiva Municipal de Nova Prata Mercilo Carbonera - Presidente. **Nada mais havendo a tratar, o Presidente, agradeceu a presença de todos e em nome de Deus, declarou encerrada a presente sessão. lavrou-se esta ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Vereadores. PLENÁRIO, 24 DE MARÇO DE 1998.**

**Folha 16. (sessão ordinária em 24.03.98)**

**Ver. Gilmar Peruzzo - PMDB**  
**Presidente**

**Ver. Umberto Luiz Carnevalli - PTB**  
**Vice-Presidente**

**Ver. Valdemar Polesello - PMDB**  
**Secretário**

**Ver. Nagib Stella Elias - PPB**  
**Líder de Bancada**

**Ver. João Francisco Minozzo - PPB**  
**Vice-Líder de Bancada**

**Ver. Eraldo Domingos da Silva - PTB**  
**Líder de Bancada**

**Ver. Enio Bristot - PFL**  
**Líder de Bancada**

**Ver. Sergio Volmir Miotto - PDT**  
**Líder de Bancada**

**Ver. Edson Figueredo Lima - PDT**  
**Vice-Líder de Bancada**

**Ver. Claudinir Chiomento - PSDB**  
**Líder de Bancada**

**Ver. Gilberto Romanzini - PT**  
**Líder de Bancada**